

5ª Reunião Ordinária do
**Conselho Superior
do Centro de Altos
Estudos em Controle e
Administração Pública**

SESSÃO PLENÁRIA

18 de maio de 2021



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Ana Arraes (Presidente)
Bruno Dantas (Vice-Presidente)
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz
Raimundo Carreiro
Vital do Rêgo
Jorge Oliveira

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti
Marcos Bemquerer Costa
André Luis de Carvalho
Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)
Lucas Furtado (Subprocurador-Geral)
Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-Geral)
Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)
Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)
Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)
Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

5ª Reunião Ordinária do **Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública**

Brasília, 2021



© *Copyright* 2021, Tribunal de Contas de União
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

<https://portal.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Degração da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – CECAP/TCU, realizada em sessão plenária virtual do CECAP, em 18 de maio de 2021, em Brasília-DF.

Sumário

- 6** Ministra-Presidente do TCU **Ana Arraes**
- 8** Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa **Ana Cristina Botelho**
- 13** Secretário-Geral de Controle Externo **Leonardo Albernaz**
- 18** Conselheiro **Antônio Fernandes dos Santos Neto**
- 21** Conselheiro **Carlos Mário da Silva Velloso**
- 22** Conselheiro **Clemente Gunz Lúcio**
- 25** Conselheiro **Everardo de Almeida Maciel**
- 29** Conselheiro **Fernando Rodrigues**
- 32** Conselheiro **Humberto Eustáquio César Mota**
- 35** Conselheiro **Jackson Medeiros de Farias Schneider**
- 37** Conselheiro **José Cechin**
- 40** Conselheiro **Murillo de Aragão**
- 43** Conselheiro **Murilo Portugal Filho**
- 47** Conselheiro **Robson Braga de Andrade**

Ministra-Presidente do TCU

Ana Arraes

Cerimonialista | Senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos à V Reunião Ordinária do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – CECAP. Anunciamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades: Presidente do TCU, ministra Ana Arraes, conselheiro Antônio Fernandes dos Santos Neto, conselheiro Carlos Mário da Silva Velloso, conselheiro Clemente Gunz Lúcio, conselheiro Everardo de Almeida Maciel, conselheiro Fernando Rodrigues, conselheiro Humberto Eustáquio César Mota, conselheiro Jackson Medeiros de Farias Schneider, conselheiro José Cechin, conselheiro Murillo de Aragão, conselheiro Murilo Portugal Filho, conselheiro Robson Braga de Andrade. De acordo com a resolução número dois meia três, de dez de setembro, de dois mil e quatorze, a reunião do CECAP é presidida pela Presidente do Tribunal de Contas da União, senhora Ministra Ana Arraes, a quem é transferida a palavra neste momento.

Ana Arraes | Muito boa tarde. É com grande satisfação que abro a V Reunião Ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – CECAP, do Tribunal de Contas da União. Como Presidente da corte de Contas, essa é a primeira vez que participo do encontro deste conselho, o que muito me honra. Gostaria de dizer da minha alegria em poder contar com a valiosa presença das senhoras e dos senhores, ainda que de forma virtual, e de parabenizar o CECAP por sua ilustre composição, formada por representantes com expertises em áreas temáticas altamente relevantes para nossos estudos e , por extensão,

para a população, esse distinto grupo incumbe-se de missão que impacta o destino do país, eis que instituído para pensar, discutir e fomentar o aperfeiçoamento da administração pública e do controle externo. Neste aspecto, lembro-me de que, por ocasião do meu ingresso nesse Tribunal, quando testei meu entendimento de que não há democracia sem controle, e que este deve ser exercido de forma inteligente, possibilitando ao estado o cumprimento de seu papel primordial, o de atender a sociedade. Por esse motivo, a nossa atual busca pela modernização do controle que vai ao encontro do que já compreendia como importante objetivo a se alcançar, muito me orgulha ante a convergência com que esse conselho superior procura realizar. Gostaria de ressaltar o êxito na adoção dos grupos de discussão por tema, cuja implementação tem o condão de aprimorar os estudos aqui realizados em paralelo com os já anteriormente criados, o que proporciona aos conselheiros o acompanhamento da evolução dos trabalhos com a aceleração do atingimento de nossos propósitos. Por fim, comunico que, dentre nossos dezessete conselheiros, treze estão completando quatro anos de mandato e, portanto, será essa a última reunião da qual participarão. Em nome do CECAP, agradeço a todos pela valorosa contribuição e informo que as conselheiras Nina Silva e Aniele Guedes, e o conselheiro Fernando Rodrigues, estão conosco há apenas dois anos. Esperamos continuar a contar com suas valiosas colaborações no próximo biênio. Agradecemos novamente a presença de todos os participantes. Passo a palavra à diretoria geral do Instituto Serzedello Corrêa, Ana Cristina Botelho, para que dê seguimento a esse encontro com uma breve exposição sobre o andamento dos trabalhos e contextualização dos desafios. Muito obrigada.

Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa
Ana Cristina Botelho

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, Ministra Ana. É uma satisfação recebê-los no CECAP. Boa tarde a todos e todas. Gostaria de me apresentar, sou Ana Cristina Botelho, atual diretora do Instituto Serzedello Corrêa, a universidade corporativa do Tribunal de Contas da União. Cumprimento a ministra Ana Arraes, atual Presidente do CECAP, em nome de quem dou as boas-vindas aos ministros do TCU, procurador geral, procuradores do TCU, e a todos os conselheiros e conselheiras aqui reunidos, e aos colegas do TCU que nos prestigiam neste evento. Queria dizer da minha satisfação de participar desse encontro no Centro de Altos Estudos, na qualidade de secretária executiva, sempre são oportunidades de ricos aprendizados colhidos, tanto na reunião do conselho, quanto nas discussões dos grupos temáticos. Nessa oportunidade novamente nos encontramos, ministra Ana, desta vez de forma virtual, que é a possível para o momento que vivemos, para recepcionar membros do CECAP que tanto contribuíram para o que o TCU repensasse, planejasse e realizasse trabalhos que são de interesse direto da sociedade. Muitos insights foram colhidos a partir dos debates que ocorreram no âmbito das reuniões do CECAP. Os grupos de trabalho que foram formados a partir das demandas dos próprios conselheiros, representaram um avanço e tiveram como objetivo central ampliar a participação e a presença dos membros do CECAP nos trabalhos desenvolvidos por essa corte de Contas. Com a oportuna formação dos GTs e diante da grave situação trazida pela pandemia, a secretaria geral de controle externo do TCU propôs que os temas discutidos pelos grupos abordassem a crise sem precedentes trazida pela COVID-19, sua repercussão e respectivas propostas para a atuação do controle externo. Por consequência, tivemos a

formação dos seguintes GTs. Grupo um: desafios enfrentados no combate à crise da COVID-19 na área de saúde, oportunidade de aprendizado. Grupo dois: orçamento, dívida e previdência, impactos e desafios fiscais da crise. Grupo três: transição do auxílio emergencial para uma política permanente de combate à pobreza. E, finalmente, o grupo quatro: mecanismos alternativos de solução de controvérsias nos contratos de infraestrutura celebrados com o poder público. Como se pode ver, dos quatro GTs, três discutiram temas relacionados à crise provocada pela COVID-19. Afinal, no atual cenário, grande parte das discussões mundiais tem a pandemia como pauta principal. O TCU, como não poderia deixar de ser, fez importantes acompanhamentos sobre ações governamentais adotadas com relação à COVID, mesmo buscando atuar com o mínimo de interferência possível nas políticas públicas, vem deixando sua marca com importantes contribuições numa linha pedagógica e de incentivo à transparência governamental. Seguindo essa diretriz, as discussões geradas nos GTs foram intensas, e questionamentos surgiram a todo momento, a partir do desenvolvimento dos temas propostos. Como compatibilizar o pagamento do auxílio emergencial, que promove a redução transitória da pobreza, com o fato de que, em termos orçamentários, essa despesa é insustentável a médio e longo prazo? Como evoluir em relação ao programa Bolsa Família, diante dos aprendizados advindos do pagamento do auxílio emergencial? Não temos respostas prontas e acabadas para essas e outras questões igualmente complexas que surgiram. Mas elas terminam gerando discussões profícuas no âmbito do TCU, e fica cada vez mais perceptível que a pobreza extrema é uma realidade que exige políticas permanentes de combate à fome e à desigualdade. A transição de um auxílio emergencial para um auxílio permanente, por exemplo, é uma necessidade real, não só no Brasil, mas em todo mundo. Antes mesmo da pandemia, Yuval Noah Harari, em seu livro *Vinte e uma Lições para o Século Vinte e Um*, alertava para a realidade de um desemprego global com a implantação de tecnologias avançadas que permitem a robotização de atividades exercidas pelo homem e, nesse contexto, da necessidade inclusive de um auxílio permanente que perpasse fronteiras físicas dos estados soberanos. Fala de um auxílio básico universal para atender as necessidades humanas básicas, já

que, do ponto de vista biológico, o homo sapiens precisa de mil e quinhentas a duas mil e quinhentas calorias por dia para sobreviver. Diante de tantos desafios e da crescente pobreza, não podemos cumprir nossas competências constitucionais isolados numa bolha de sapiência técnica. Precisamos de parcerias efetivas, não só com instituições públicas, como também com a sociedade civil organizada. Para avançarmos enquanto órgão de controle é imprescindível incluirmos em nossa pauta questões relacionadas à inclusão social e econômica do nosso país, o que vai ao encontro das justas preocupações da atual gestão do TCU. Os senhores e senhoras conselheiros do CECAP são justamente esse forte elo entre essa corte de Contas e a sociedade. E, pela experiência que cada um tem em suas respectivas áreas de atuação, nos mostram que para ajudarmos o país a enfrentar as questões sociais, políticas e econômicas, precisamos apontar soluções tempestivas e, ao mesmo tempo, criativas, dentro do que o arcabouço constitucional e legal nos permite. Ao desenvolver essa competência comunicativa com membros tão distintos da sociedade, o TCU gera, sem sombra de dúvidas, conhecimentos multidisciplinares, e oportunidades para que, no sentido (inaudível), sujeitos providos de fala e ação exerçam de forma plena sua capacidade comunicativa em prol da sociedade. Os ricos intercâmbios linguísticos que surgem desses diálogos, tem nos possibilitado extrair ideias e traçar caminhos para a evolução do controle externo, das instituições públicas e da sociedade como um todo. Colher ideias tão atuais e relacionadas com as experiências dos conselheiros e conselheiras em suas áreas de atuação, possibilitou-nos a produção de importantes documentos para a melhoria do exercício do controle externo. Elaboramos, por exemplo, um manual com os princípios públicos da eficiência para alavancar o setor público, publicado na gestão do ministro **Raimundo Carreiro**, pela secretaria geral de controle externo do TCU, em conjunto com o grupo de trabalho de eficiência do Centro de Altos Estudos. O trabalho contou com a participação de acadêmicos, de administração e estratégia do setor público, gestores públicos das esferas federal, estadual e municipal, representantes de federações empresariais, dirigentes empresariais, e servidores do TCU. Os princípios considerados fundamentais para que a ação estatal possa alavancar o setor produtivo, foram

os seguintes: simplicidade, boa-fé, segurança jurídica, inovação, efetividade, eficiência, colaboração, integração e continuidade da ação estatal. O referencial de controle de políticas públicas, por sua vez, foi publicado mais recentemente na gestão do ministro **José Múcio Monteiro**, e é um documento técnico muito completo que busca tornar mais eficiente o planejamento das ações de controle de políticas públicas, melhorar a qualidade das análises, e buscar contribuir da melhor forma para que políticas públicas essenciais para o desenvolvimento sustentável do nosso país atinjam o grau de maturidade desejável. Gostaria de enfatizar que nosso principal objetivo nesse momento é fazer o fechamento de um exitoso ciclo de trabalho, no qual os senhores e senhoras foram os protagonistas. Esclareço que nesse primeiro momento em que estamos reunidos na sessão plenária, estimamos que cada conselheiro tenha seis minutos de fala. Como é um tempo curto, já nos antecipamos e pedimos que sejam feitas considerações sobre possibilidades de melhoria acerca do funcionamento do CECAP, com base na experiência adquirida a partir da atuação como conselheiros, bem como sobre oportunidades de trabalho que o TCU pode ter em relação ao tema de inclusão social e econômica. Como acreditamos que é sempre possível fazer melhor, esse brain storm nos auxiliará a identificar questões que demandam uma atuação prioritária e tempestiva do controle externo, para que possamos traçar os grandes rumos e estratégias para trabalharmos com foco no que realmente importa. Considerando os tempos de escassez orçamentaria e o reduzido quadro de servidores públicos que trabalham no controle. No segundo momento, encerrada essa sessão plenária, os conselheiros serão divididos em quatro grupos temáticos, previamente combinados. Buscamos alocá-los nos mesmos grupos que participaram no ano passado, para que possam acompanhar a evolução dos trabalhos e fazer suas considerações conclusivas. Aqueles que não participaram dos grupos temáticos no ano passado, foram alocados em GTs em função de sua afinidade com o tema. Finalizadas as falas nos grupos temáticos, os trabalhos serão encerrados nos próprios grupos. Nosso intuito, repito, é sempre avançarmos ainda mais na continuidade dos trabalhos do CECAP, para que haja produção e disseminação de conhecimentos relevantes para atuação do controle externo e o avanço da sociedade. Como dizia Ariano

Suassuna: “não sou nem otimista, nem pessimista, os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um realista esperançoso, sou um homem de esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo, sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo”. Muito obrigada a todos e todas. Passo imediatamente a palavra para o nosso secretário geral de controle externo do TCU, **Leonardo Albernaz**, que discorrerá sobre o tema inclusão social e econômica. Com você a palavra, Leonardo.

Secretário-Geral de Controle Externo

Leonardo Albernaz

Leonardo Albernaz | Obrigado, **Ana Cristina**. Boa tarde, Presidente **Ana Arraes** e as autoridades do TCU que nos acompanham. Boa tarde a todos, prezados conselheiros do CECAP, vários dos quais eu tive o prazer e a honra de conviver nesses dois últimos anos, participando do comitê técnico, e a todos os colegas do TCU que participam dessa reunião de hoje conosco. A Presidente Ana Arraes, desde o início, me lembro da nossa primeira conversa durante a transição, ministra Ana, estabeleceu uma diretriz central para nortear a atuação do TCU nesse biênio, nesse período de gestão, que é a inclusão social e econômica. Traduzimos isso em diferentes maneiras, a preocupação do TCU com o que mais precisa, com os que mais precisam da nossa atuação. Essa certamente é uma definição de uma política institucional e é uma definição que orienta as nossas estratégias, que expressa não somente a percepção clara das desigualdades estruturais que caracterizam o Brasil, como também a sensibilidade para o momento difícil que nós vivemos em função da pandemia. É uma diretriz, como uma política institucional, que não tem nada de discricionário no sentido amplo da palavra, nem de arbitrária, na verdade é uma diretriz que tem suas bases na própria constituição do Brasil que estabelece, logo no seu artigo terceiro, aqueles que são os objetivos fundamentais da república. E a nossa constituição que, no final das Contas, é a base fundamental de atuação de toda a administração pública, de todo estado Brasileiro e, certamente, do TCU, elenca quatro grandes objetivos fundamentais da república, que são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e marginalização, e reduzir tanto as desigualdades sociais, quanto as regionais; promover o bem de todos,

sem preconceito de origem, de raça, de sexo, de cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação. O Brasil de hoje está um pouco longe disso, nós temos cinquenta e dois milhões de pessoas na pobreza, sendo treze milhões na extrema pobreza, um cenário que já vinha se agravando nos últimos anos, desde dois mil e quatorze temos problemas econômicos severos, uma grave crise econômica com alguns anos de recessão, e se agravou ainda mais com a crise provocada pela pandemia do COVID-19. Nós atingimos hoje mais de quatorze por cento, na verdade, quatorze virgula quatro por cento da nossa população hoje é desocupada, isso coloca o Brasil numa comparação com mais de cem países na décima quarta pior posição. Ou seja, se olharmos em números absolutos, estamos falando em mais de quatorze milhões de desempregados e outros tantos milhões de desalentados. E, mais do que isso, temos hoje milhões e milhões de crianças e adolescentes que tiveram uma perda enorme em termos de tempo de escola, uma perda que vai trazer impacto para a vida dessas crianças, desses adolescentes, para uma vida inteira. Precisamos trabalhar para minimizar isso, o país precisa trabalhar para minimizar isso. Tem reflexos econômicos graves para o país, para não falar de outras demandas, por exemplo, na área da saúde. E fica difícil falarmos em igualdade de oportunidades num cenário como esse. De outro lado, a ineficiência e a baixa qualidade alocativa do orçamento público, bem como o controle, o descontrole, na verdade, das despesas acumuladas ao longo dos anos, trouxeram o país para uma grave situação de insustentabilidade fiscal. Temos hoje uma dívida pública em patamares de países desenvolvidos, sem que tenhamos a contrapartida que os países desenvolvidos têm. Temos a dívida, mas não temos a infraestrutura qualificada, disponível, não temos o capital humano, não temos o índice de desenvolvimento humano adequado que imaginaríamos para o patamar de dívida que temos. Essa dívida, além de ser alta, cresce a cada ano para financiar gastos correntes que, eventualmente, evidentemente, é uma situação insustentável. E os reflexos dessa trajetória da dívida, da incerteza que ela proporciona, traz reflexos sociais e econômicos na vida das pessoas. Reflexos disso estão na inflação, no câmbio, na taxa de juros, no fato de que não conseguimos atrair capital estrangeiro, no fato de que não temos investimentos a taxas adequadas sequer para repor a deterioração da infraestrutura nacional.

Isso vai se refletir em baixo investimento, pouca produtividade, baixo emprego, baixa renda, e a situação que o país vive. Assim, quando falamos de inclusão social e econômica, percebemos que não estamos falando meramente de políticas públicas de assistência social, que poderia ser a primeira impressão, nem somente das políticas sociais de forma geral. No fundo, estamos falando do conjunto da ação do estado que pressupõe, em primeiro lugar, estabilidade econômica e sustentabilidade fiscal, e se desenvolve para uma série de políticas públicas, sejam elas de caráter regulatório, sejam políticas que direcionam o orçamento público mas que, no conjunto, precisam priorizar o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, o desenvolvimento mais geral. Estamos falando de educação, estamos falando de saúde, de saneamento básico, de políticas de renda e trabalho, de moradia, segurança alimentar, de infraestrutura, seja na área de transportes, de energia, de comunicações, da produtividade. O Brasil não vai conseguir deixar de ser um país de renda média baixa, se não tiver ganhos crescentes de produtividade, significativos de produtividade, nos próximos anos. Precisamos falar, quando falamos de inclusão social e econômica, de redução do custo Brasil, da estabilidade regulatória, da segurança jurídica, da eficiência tributária, enfim, da qualidade das nossas instituições. Falar de inclusão social e econômica nesse nosso contexto, é falar de desenvolvimento mais amplo, mais justo, o que pressupõe certamente crescimento da economia. Ou seja, não somos um país rico o suficiente para que sejamos um país de renda média alta, ou um país de renda alta, com melhor acesso às oportunidades, que possamos crescer e que esse crescimento seja distribuído de forma justa. Por isso, em atendimento a essa diretriz da ministra Ana, essa diretriz de inclusão social e econômica, nós desdobramos a estratégia de controle das nossas auditorias em quatro grandes eixos: um eixo social, um eixo econômico, um eixo de infraestrutura e um eixo institucional. E esses eixos vão ser desenvolvidos ao longo desse ano e do próximo ano, em centenas de fiscalizações. Fiscalizações conduzidas, como sempre, com rigor, com independência de opinião dos auditores, com padrões técnicos elevados para a condução das fiscalizações, das auditorias. Auditorias que depois serão submetidas a pareceres do ministério público junto ao TCU e, ao final, serão julgadas pelos nossos ministros. Essas fiscalizações vão se

distribuir por temas diversos, dentro dessa ótica de que, quando falamos de inclusão social e econômica, estamos falando de uma série de questões que começam nos seus pilares e vão se desdobrando em várias políticas públicas. Estamos falando de atuação forte na área da sustentabilidade, transparência das finanças públicas, na qualidade e desempenho de políticas de inclusão e proteção social propriamente ditas, no uso sustentável de recursos naturais. Vemos o quanto o país tem sido cobrado internacionalmente pelo cuidado com o ambiente. Mas o uso de seus recursos de forma sustentável, seria o sentido geral da expressão dessa ideia, o acesso a serviços públicos de qualidade, a maturidade da governança pública, a transformação digital, a maturidade dos projetos de desestatização, a qualidade regulatória, o combate à corrupção e, não temos como deixar de dizer nesse momento que vivemos, também trabalhos ligados ao enfrentamento da crise da COVID-19. Desde o ano passado, o Tribunal tem conduzido um programa, já estamos no segundo ano, programa chamado COOPERA, que trata de algumas dezenas de acompanhamentos feitos sobre as políticas do governo federal na área de saúde, assistência social, na área de acompanhamento ao orçamento, por exemplo. Assim como temos mais de uma centena de denúncias e representações sobre a aplicação de recursos, por exemplo, por estados e municípios, para verificação da integridade dessas políticas. Tanto esse aspecto da integridade, da transparência, da eficiência do gasto temos percebido também em relação especificamente à crise da COVID-19 e a resposta que é dada pelo governo. Dada a forma como essa diretriz, que a ministra trouxe, de inclusão social e econômica se reflete em toda a nossa estratégia de controle externo, essa nossa reunião de encerramento, digo isso às senhoras e senhores conselheiros, gostaríamos muito de contar com as visões do conselho superior do CECAP sobre como podemos caminhar por esses objetivos da maneira mais efetiva possível. Como ressaltou Ana Cristina, que me precedeu, essa é uma das questões que gostaríamos muito que permeasse os debates de hoje, seja no plenário, sejam nos grupos depois, com a certeza que toda a contribuição que vier do conselho se somará na qualidade do trabalho do TCU. Enfim, agradeço pela atenção, agradeço pela oportunidade de apresentar às senhoras e aos senhores as linhas gerais de atuação planejada do controle externo para esse período, assim como aproveito para agradecer

também por toda a contribuição que foi trazida, pela oportunidade de diálogo que foi trazido pelos conselheiros do CECAP nas reuniões gerais, nos diversos grupos temáticos que conduzimos no ano passado. Desejo a todos uma excelente reunião. Muito obrigado.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, **Leonardo**, pela sua participação. Realmente, essas questões que você levantou são essenciais para que o Brasil possa alavancar, sair dessa crise. Precisamos realmente trabalhar nessa linha de integridade, transparência e de eficiência dos gastos públicos. E, com certeza, a colaboração dos conselheiros e a expertise deles nas suas áreas de competência, vão ser essenciais para que possamos realmente avançar enquanto órgão de controle externo. Dito isso, passo a palavra imediatamente para o conselheiro **Antônio Fernandes dos Santos Neto**, para que possa nos brindar com suas palavras.

Conselheiro

Antônio Fernandes dos Santos Neto

Antônio Fernandes dos Santos Neto | Obrigado, **Ana Cristina**. Boa tarde a todos. Gostaria de saudar a ministra **Ana Lúcia Arraes**, é um prazer estar com a senhora, os demais conselheiros e **Leonardo** também. Primeiro, quero começar agradecendo, porque creio que já esteja finalizando minha participação no conselho, devido ao período, se eu entendi, são quatro anos, estamos finalizando essa participação, o que me honrou muito pessoalmente e acrescentou muito também ao conhecer todo o funcionamento, a abertura para a sociedade civil, da qual eu faço parte, de como funcionam todas as fiscalizações e o trabalho que o TCU vem fazendo. Querendo contribuir procuramos, ao longo desse período, contribuir nos debates. Esse tema trazido agora, inclusão social e econômica, nos remete ao momento mais difícil que o Brasil atravessa, um momento ímpar e, por consequente, um momento que o mundo atravessa. Eu creio que, nas discussões que tenho feito, uma das primeiras constatações que eu cheguei à conclusão é de que, por causa dessa pandemia, no mundo, especialmente na América Latina, América como um todo, a primeira vítima da COVID foi o consenso de (inaudível). Ele que preconizava, desde oitenta e nove, um estado mínimo, uma privatização ultra liberal, até moeda única, todas as coisas que vieram ao longo de todo esse tempo. Para nós, num país terceiro mundista, nas condições que temos e, dada às dificuldades que temos, precisamos apontar para um futuro em que nós efetivamente tenhamos um projeto de nação, um projeto nacional de desenvolvimento em que você possa fincar as raízes da reindustrialização, as raízes de um projeto. Também **Everardo Maciel**, a quem tenho um grande apreço pelo grande conhecimento que tem – pode contribuir para uma reforma tributária que seja progressiva, não tão regressiva quanto

essa. E que aqueles que efetivamente possam contribuir mais, contribuam mais, para que possa efetivamente o povo mais sofrido (inaudível) sejam envolvidos em todas essas questões. Quando eu vejo que o Brasil, dado o processo de desindustrialização que temos atravessado ao longo desses anos, precisou importar máscara, precisou importar respiradores, é um sentimento de derrota. E creio que o Brasil, diferentemente dos países do primeiro mundo, os países centrais, tem grande oportunidade para sair dessa crise e sair por cima. Qualquer investimento que seja feito pelo próprio estado Brasileiro, seja por exemplo fazermos saneamento básico, que cinquenta por cento da população Brasileira não tem acesso ao saneamento básico, água potável, resolveríamos dois grandes problemas. Primeiro, resolver o problema do saneamento básico e, segundo, resolver o problema da saúde. Empregar bastante gente, ou seja, recuperar obras paralisadas. Ou seja, o papel do estado nesse momento – e por isso precisamos de um projeto – seria muito importante. Aí entra o TCU, que é efetivamente para não permitir que todo e qualquer investimento que o estado possa fazer, não seja feito de forma equivocada ou de forma desviada. Aprendi muito no TCU, aprendi muito nesses quatro anos o papel do TCU, e a grande virtude que tem o TCU. Pena que não implementamos no Brasil os acordos de leniência. É uma pena. O Brasil, durante todo esse processo de lavajatismo na verdade preocupou-se muito em criminalizar CNPJ ao invés de CPFs. Nós deveríamos aprender com esse momento que é possível sim combater a corrupção, mas combater a corrupção através de punir CPFs, e isolar os CNPJs para que a empresa pudesse continuar efetivamente dando sua contribuição. Nesses quatro anos, eu estou profundamente emocionado de poder participar com altos nomes da nossa república, amigos que já conviveram comigo em alguns outros conselhos da república, o que me deixa profundamente orgulhoso de finalizar essa participação neste conselho, e dizer o seguinte: foi um prazer, uma honra muito grande. E sei do papel que representa esse conselho, essa criação foi uma criação excelente para abrir para a sociedade civil os (inaudível) efetivos do próprio TCU, para que nós possamos conviver e entender como funciona e para que serve cada uma e todas as coisas. Estão de parabéns todos os companheiros, trabalhadores, ministros do TCU, que têm dado uma grande contribuição para o Brasil. Espero ter ajudado nesse período que participei, e

espero que possamos acompanhar cada vez mais o papel do TCU, o papel do CECAP, que foi, para mim, uma honra incomensurável estar ao lado de todos vocês nesse período. Um forte abraço. Vamos ver hoje nos demais GTs, como podemos também dar uma contribuição. Forte abraço a todos. Prazer estar com a senhora, ministra, a primeira vez que estamos juntos numa reunião, mas é uma honra muito grande estar consigo nessa reunião. Forte abraço.

Ana Arraes | Muito obrigada.

Ana Cristina Botelho | Conselheiro **Antônio**, o prazer e a honra é toda nossa, que bom que esse aprendizado foi recíproco. Com certeza as discussões nos grupos vão ser muito profícuas. Passo a palavra, agradecendo ao conselheiro **Antônio Fernandes dos Santos Neto**, ao conselheiro **Carlos Mário da Silva Velloso**.

Conselheiro

Carlos Mário da Silva Velloso

Carlos Mário da Silva Velloso | Palavra de saudação à nossa Presidente, ministra **Ana Lúcia Arraes de Alencar**. Saúdo os eminentes conselheiros, meus colegas. É com muito prazer que compareço a esta reunião que é difícil conseguir entrar, não estou ainda muito preparado para as novas tecnologias, mas estamos aqui a falar. Saúdo então a todos. Quero dizer-lhes que, nesta reunião, eu pretendo mais ouvir do que falar. Então, apenas uma palavra de saudação e serei todo atento às palavras que vão se seguir. Quero ouvir mais do que falar. Muito obrigado.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheiro **Carlos Velloso**. Com certeza, o senhor vai ter oportunidade de escutar várias falas dos seus companheiros conselheiros e conselheiras. É um prazer, uma honra tê-lo aqui conosco. Nós agradecemos muito os quatro anos que o senhor esteve conosco e todas as contribuições que o senhor nos trouxe, todo o aprendizado, com toda a sua experiência na área jurídica, certamente pudemos caminhar e pudemos evoluir muito com essa contribuição que o senhor trouxe ao longo desses anos. Agradecemos muito. Eu passo imediatamente a palavra ao conselheiro **Clemente Gunz Lúcio**.

Conselheiro

Clemente Gunz Lúcio

Clemente Gunz Lúcio | Boa tarde a todos, a nossa presidente **Ana Arraes**, é um prazer estar aqui, **Ana Cristina**, aos conselheiros e conselheiras, que também compartilham esse espaço de atuação, a saudação em nome do **Antônio Neto** a todos que aqui participam. Queria também, como Antônio, que me antecedeu, agradecer a oportunidade de já ter participado esse anos do conselho, agradecer à companhia e a participação de todos nos debates que foram aqui promovidos e, no papel que o conselho realizou de colaborar com o TCU na condução dos seus trabalhos, colaborando com as sugestões propostas, conhecendo muito do trabalho que vocês fazem no Tribunal de Contas, as propostas que a equipe extremamente competente, a qualidade dos trabalhos, o cuidado, a atenção, todos elementos importantes para o trabalho qualificado que vocês fazem. Desde já, agradecer a oportunidade, espero que a nossa colaboração tenha conseguido trazer para o âmbito do conselho, minha origem, como do Neto, é do mundo sindical, do mundo da representação dos trabalhadores e das trabalhadoras, e nós tentamos, nesse tempo, trazer a preocupação com a agenda econômica voltada para uma perspectiva de desenvolvimento social. Acho que o Leonardo trouxe novamente vários elementos importantes para pensar estrategicamente o desenvolvimento do país. Na nossa avaliação, nós passamos um período presente de uma crise sanitária no mundo sem precedentes, uma péssima condução no tratamento dessa crise no país, um processo de regressão civilizatório, do ponto de vista econômico e social talvez também sem precedentes. O país vem perdendo rapidamente musculatura institucional de enfrentamento das várias dimensões dos desafios que estão postos para a nossa perspectiva de futuro. Creio que a tarefa que nós temos pela frente é tentarmos

identificar, a partir da condição concreta em que nós nos encontramos, ou seja, dos múltiplos atrasos que o país enfrenta, das regressões que estamos observando, olharmos esse contexto real as oportunidades de retomarmos um projeto de desenvolvimento. Creio que, como o Leonardo falou, a perspectiva de desenvolvimento é, em grande medida, no nosso caso, um esforço monumental de recolocar uma trajetória de incremento de produtividade, para o qual uma concepção de desenvolvimento industrial articulado a todo o sistema produtivo é fundamental. Nós continuamos em um processo de regressão industrial também muito grave. A consequência disso para o mundo do trabalho é a perda continuada da qualidade dos postos de trabalho, um aumento da precarização também sem precedentes, ocupações extremamente vulneráveis, com jornadas extremamente curtas, ou jornadas extremamente elevadas, salários em queda, boa parte em queda, redução do salário médio, a perda de densidade industrial significa, provavelmente, de um lado uma impossibilidade estrutural de incremento de produtividade, de outro lado, um estrangulamento dramático do ponto de vista do desenvolvimento social. Creio que, para olharmos o futuro, é necessário que tenhamos plena consciência dos atrasos dos nossos problemas e enfrentemos, nessa condição concreta, a imaginação para gerarmos oportunidades desses atrasos para os quais é necessário um estado moderno, robusto, bem financiado, com uma gestão muito eficaz e eficiente. A efetividade do estado precisa aumentar dramaticamente, e acho que estamos, infelizmente, longe dessa agenda no país. É necessário recoloca-la com a urgente política no congresso nacional, no trabalho e no debate público, e no papel que, no caso o Tribunal de Contas pode fazer no sentido de aportar conteúdo crítico e conteúdo com criatividade, para que nós, como país e como nação, sejamos capazes de recoloca-lo numa trajetória de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social. Acho que a dimensão ambiental é dramática também para o país, tem graves consequências para a nossa (inaudível) soberana no mundo, e ela precisa também ganhar centralidade nesse projeto de desenvolvimento. Gostaria de agradecer a oportunidade, colocar-me à disposição de colaborar sempre que esse conselho requisitar, de maneira voluntária e com muita satisfação, e podendo colaborar com esse conselho. Agradecer a oportunidade de já ter participado nesses anos, desejar

sucesso para quem continua e, para todos aqueles e aquelas que vierem a assumir a tarefa de participar desse conselho. Muito obrigado.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **Clemente**. Realmente é urgente retomarmos esse desenvolvimento econômico, a partir do desenvolvimento econômico sustentável é que vamos conseguir reduzir a pobreza que, como Leonardo falou, é extrema para mais de dez milhões de Brasileiros. É uma situação muito preocupante e, nós, enquanto órgão de controle, queremos ajudar da melhor forma o Brasil a se recuperar dessa crise sem precedentes trazida, em grande parte, pela pandemia. Muito obrigada. Obrigada pelo tempo que esteve conosco e pelos aprendizados que tivemos nessa área de trabalho, de direitos trabalhistas, de necessidades de evolução nessa área tão importante para o Brasil. Passo a palavra ao conselheiro **Everardo de Almeida Maciel**, para que ele possa fazer suas considerações.

Conselheiro

Everardo de Almeida Maciel

Everardo de Almeida Maciel | Boa tarde. Quero cumprimentar todas as autoridades do Tribunal de Contas da União, e os conselheiros que participam desse conselho, na pessoa da Presidente do Tribunal de Contas, ministra **Ana Arraes**. Evidentemente, quando estamos terminando esse mandato de quatro anos, me obriga a tratar, dentro do grande elenco de temas do interesse do Tribunal de Contas, um tema de especial importância, no meu modo de entender, que consiste nas chamadas renúncias fiscais. Me explico. Renúncias fiscais que, inclusive, deram um suporte de financiamento para despesas que foram elencadas na Emenda Constitucional número cento e nove, a chamada Emenda que decorreu da PEC emergencial. E é um assunto que seguidamente é tratado pela imprensa, seguidamente é tratado em relatórios dos mais diversos, inclusive do próprio Tribunal de Contas da União, e sobre o qual eu tenho uma visão muito crítica. Me explico. A crítica central é de que se trata de matéria com baixa densidade normativa. Enfim, o que é renúncia fiscal? Não há nenhuma clareza, em lugar nenhum, que se possa definir o que vem a ser isso. Todos os conceitos são tratados em normas infra legais, em relatórios, entretanto, elas fundamentam até Emendas Constitucionais. Daqui eu quero, ao discutir isso, apresentar uma proposição, sendo, portanto, essa, a minha última contribuição enquanto membro desse conselho. Vejamos o seguinte: eu vejo nos relatórios falando da dimensão das renúncias fiscais federais, e são identificados alguns tipos de gastos tributários, renúncias que, no meu modo de entender, não fazem o menor sentido serem classificados como tal. Assim me esclareço. Ninguém faz um (inaudível) relacionado com o que seria – que não é – gastos tributários

associados às desonerações das exportações, de ICMS e IPI. Nunca houve essa referência. Por quê? Porque se trata de uma imunidade tributária. A ideia de renúncia está associada à ideia de opção, de fazer ou não fazer. Tudo aquilo que é de observância obrigatória não pode ser tida como uma renúncia, por isso, justamente por isso, na desoneração das exportações, do IPI ou do ICMS, no caso dos estados, não é apurado como uma renúncia. De igual forma, o tratamento privilegiado, diferenciado, dispensado às pequenas e microempresas, não pode ser qualificado como renúncia, porque é previsto na constituição. Acontece que existem imunidades que não tem restrições, como a desoneração das exportações. Há outros que não. A constituição diz: dentro dos limites, dentro dos parâmetros fixados em lei complementar. Por isso, usualmente eu qualifico as imunidades em imunidades irrestritas, imunidades restringíveis, mas ambas são imunidades, porque, com a devida vênia ao meu ilustre amigo, ministro Carlos Velloso, se porventura não houvesse esse tratamento dispensado, privilegiado e diferenciado para as micro e pequenas empresas, seria uma hipótese de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão. Da mesma forma em relação ao tratamento dispensado às entidades de assistência social. Então, o que faz a lei complementar é estabelecer parâmetros, dizer quais são os limites dessa imunidade, mas, nem por isso, deixa de ser imunidade. Entretanto, isso é apurado como se fosse uma renúncia fiscal. De uma forma ou de outra, podemos ficar absolutamente claros que se trata de uma matéria controversa sobre a qual nós não fixamos uma clara conceituação, uma clara definição do que vem a ser. Outro exemplo. Todas as vezes que se pretende, qualquer que seja a motivação, aumentar o limite de isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, se pede uma compensação com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, há uma presunção de que se trata de uma renúncia, de outra forma, não poderia ser tratada dessa maneira. Entretanto, a apuração dessa renúncia, não consta no demonstrativo de renúncia fiscal, benefícios fiscais. Só para mostrar o grau de contradição que envolve isso. Eu poderia citar uma listagem disso para dizer, afinal, que se trata de uma matéria extremamente controversa, mal definida, e que permite qualquer tipo de conclusão a seu respeito. E vou mais além, também parece se criar

uma espécie de uma postura preconceituosa contra a renúncia fiscal. Não. Renúncia fiscal existe desde que existe imposto. Isso não autoriza dizer que qualquer tipo de isenção seja algo justificável. É o exercício da política fiscal, da política tributária, que vai permitir discernir aquilo que é razoável daquilo que não é. Mas, em suma, o que eu quero dizer, até acrescentar, lembrei-me de um fato relevante, essa Emenda Constitucional cento e nove chega a fazer algumas coisas assustadoras, ao dizer que a renúncia fiscal federal, seus isentos, seus benefícios, devem ser reduzidos no prazo de oito anos – o que não quer dizer absolutamente nada – a dois por cento do PIB, ainda que os dois valores, nem a renúncia, nem o PIB, sejam valores absolutamente claros quais sejam. Para, daí dizer o seguinte, não pode utilizar para fiz desta compensação, não se pode oferecer como compensação alteração dos parâmetros relacionados com o Simples. O que, em outras palavras, congelou o Simples, e o mesmo fez em relação às entidades de assistência social. Além disso, constitucionalizou o que nunca foi constitucionalizado, a cesta básica. Eu, evidentemente, não tenho a menor ideia do que isso venha a ser, que pode ser (inaudível) ou qualquer coisa, e outras questões desse gênero. Como se fala, nessa própria Emenda Constitucional, numa Lei Complementar, é que – para concluir – eu ofereço, como sugestão, que o Tribunal de Contas tomasse a iniciativa de estabelecer elementos que possam subsidiar a apresentação de uma Lei Complementar que trate dessa matéria e, especificamente ponha, de uma forma bem estruturada, conceitualmente, consistente, o que vem a ser renúncia fiscal. Dessa forma, agradeço a atenção de todos.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheiro **Everardo Maciel**, suas considerações são muito pertinentes em relação ao tema de renúncia fiscal, e nós nos preocupamos anualmente com esse tema. O **Leonardo Albernaz** já foi secretário da Secretaria de Macro Avaliação Governamental, e temos um item específico lá que trata desse tema de renúncias fiscais, e o Tribunal tem acompanhado muito. Acho justas também as preocupações do senhor em relação à questão legal. Claro que o arcabouço não é perfeito, o arcabouço legal que existe a respeito do tema e, a partir dessas críticas, podemos avançar, elas nos permitem repensar o que temos na nossa legislação em

relação à essa questão de renúncias fiscais, e avançarmos. Agradecemos muita sua contribuição, e suas considerações serão levadas em conta, com certeza. Agradeço muito a sua participação. Esses quatro anos no CECAP foram muito proveitosos para nós, essa experiência que o senhor tem, já foi secretário da Receita Federal, conhece muito do tema, com certeza, é uma pessoa muito indicada para falar com exatidão sobre essas questões. Muito obrigada, conselheiro **Everardo Maciel**. Passo a palavra ao conselheiro **Fernando Rodrigues**.

Conselheiro

Fernando Rodrigues

Fernando Rodrigues | Queria dar boa tarde à Presidente **Ana Arraes**, também agradecer a condução dessa reunião pela **Ana Cristina**. Saudar meus colegas conselheiros, alguns amigos que estou revendo pelo vídeo, nesses tempos de pandemia, uma pena que não estejamos todos juntos, mas estamos podendo fazer mais uma reunião do conselho. Queria também saudar a todo corpo profissional do TCU, que qualifica de maneira excepcional o trabalho do Tribunal, que ficou muito engrandecido durante esse período de pandemia, com todas as intervenções que nós ficamos conhecendo, tomando ciência por parte do trabalho que vem sendo feito. Lembrar que o meu colega, conselheiro Antônio Neto, falou sobre as oportunidades que uma crise dessa envergadura traz e oferece para os países e para o Brasil, em particular. Eu concordo inteiramente, acho que é um momento que todos nós refletimos sobre tantas coisas, sobre todas as mazelas que tem o Brasil, as dificuldades todas que esse país enfrenta há tantos anos. E muito disso ficou cada vez mais evidente, a pandemia ajudou a exacerbar tantos problemas que todos nós já conhecemos, que ficaram mais evidentes. Eu queria falar um pouco, Clemente falou também sobre eficiência do estado. Nesse período de pandemia, e a minha área é a indústria de (inaudível), a indústria da comunicação, tivemos tantos problemas, ministra Ana Arraes, para saber, em detalhes, o que estava se passando, e o TCU contribuiu de maneira grandiosa para que, pelo menos alguma coisa os Brasileiros, nós todos, a sociedade civil, pudéssemos tomar conhecimento. Eu sou militante antigo a favor da Lei de Acesso à Informação, acho que é um dos diplomas mais civilizatórios das últimas décadas que o Brasil pode adotar. Para relembrar, no começo da pandemia, tivemos algumas dificuldades, todos

nós, teve um período de dois ou três dias que houve um certo apagão de dados no Ministério da Saúde, mal sabíamos o número de mortes totais registradas ou de casos registrados. Foi necessário que a mídia se organizasse para fazer uma colaboração para descobrir os dados sobre o que estava acontecendo e isso segue um pouco até hoje. Há pouco menos de um mês, eu pedi para que fizéssemos um relatório interno, no Poder Trezentos e Sessenta, sobre qual era a velocidade com que as vacinas estavam chegando nas diversas localidades do país e com que presteza estavam também sendo aplicadas. Descobrimos que tinha estado, o melhor deles, eram doze a treze dias e, naquele que demorava mais, chegava-se a quarenta e três dias, entre o envio da vacina, passavam-se quarenta e três dias até que ela fosse aplicada no braço de algum Brasileiro que precisava ser imunizado. Esse tipo de informação é tão difícil de se obter, e eu vejo muito o Tribunal de Contas como um grande mediador, facilitador para apetrechar a sociedade e conhecer mais do que se passa num momento tão dramático de crise tão profunda, como essa que estamos vivendo por causa da pandemia de Coronavírus. Tem um trecho da Lei de Acesso a Informações Públicas, que me agrada muitíssimo, e eu acho que o Tribunal, num momento como esse – fica a sugestão também para os grupos de trabalho depois – poder olhar com um pouco mais de cuidado. O Brasil é conhecido um pouco por leis que não pegam. Felizmente, a Lei de Acesso a Informações pegou, mas não em sua integridade. Tem um item ali que diz que cada órgão público, em todas as esferas, fica obrigado, uma vez por ano, a fazer um rol de documentos e informações que julgou que fossem necessariamente colocadas em reserva ou sigilo, e o prazo daquele sigilo. Por que isso é importante? A lei vai completar, em breve, dez anos de vigor. Depois de cinco anos, quinze anos ou vinte e cinco anos, que são os prazos de sigilo, se não for documentado pelo agente público que algo foi colocado em reserva, em sigilo, ninguém, nem mesmo os próprios agentes públicos, saberão que determinadas informações precisam vir à Lumi, vir ao conhecimento do público em geral. E a imensa maioria dos órgãos público, essa que é a verdade, em todas as esferas, não só no plano federal, deixa de publicar a lista de documentos que colocou em reserva. Se isso não é feito, daqui a quinze anos, quando alguns documentos colocados em segredo agora forem liberados, talvez eles nem venham a ser conhecidos. Isso é muito importante para escrever

a história da pandemia. Um país que conhece a sua história, certamente vai ter elementos para fazer com que o futuro seja melhor, pelo menos, no sentido de evitar erros já cometidos. Queria fazer só essa minha fala inicial, depois vamos ter oportunidade para elaborar um pouco mais, deixar essa minha pequena colaboração. E também, agradecendo o privilégio de conviver com pessoas tão especializadas, de tantas áreas diversas. Eu aprendo muito a cada reunião dessas do conselho. Muito obrigado por me terem aqui com vocês.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **Fernando Rodrigues**. Essa sua experiência na área jornalística é muito importante para nós, para nós termos essa visão. E essas preocupações também que o senhor colocou nessa reunião do CECAP, a necessidade de transparência do gasto público, a presteza no envio e na aplicação das vacinas da COVID-19. Essa é uma preocupação do senhor, é uma preocupação de toda a sociedade Brasileira, e é uma preocupação do Tribunal. Ano passado nós trabalhamos intensamente nessa questão, na questão de transparência, na ajuda ao governo, de uma certa forma, houvesse uma evolução substancial nessa área de saúde, para que nós pudéssemos, de alguma forma, avançar. Sabemos que vários problemas foram identificados, mas, nós, enquanto órgão de controle, não podemos interferir nas políticas públicas, mas podemos, de alguma forma, ajudar para que essas políticas públicas tenham o grau de eficiência, eficácia e efetividade desejável. Agradecemos a sua participação, agradecemos porque vai continuar conosco no conselho do CECAP. Passamos a palavra para o conselheiro **Humberto Eustáquio César Mota**, para que ele possa nos brindar com a sua participação nesse momento da reunião do conselho do CECAP.

Conselheiro

Humberto Eustáquio César Mota

Humberto Eustáquio César Mota | Boa tarde a todos. Através da Presidente **Ana Arraes**, cumprimento a todos os conselheiros do Tribunal, os membros do conselho do CECAP, cumprimento **Ana Cristina**, pela secretaria dos trabalhos e por toda a dedicação nos quatro anos que aqui participamos dessas reuniões do CECAP. Uma coisa que eu gostaria de destacar, ressaltando a importância do que já foi dito antes, é que com essa iniciativa, o TCU abriu para a sociedade uma possibilidade que conhecêssemos melhor a importância e como funciona o TCU. Havia um certo desconhecimento das pessoas em geral, da comunidade em geral, de qual era o papel do TCU. Ouvia-se muito dizer que o TCU, algumas vezes, era responsável por determinada obra não avançar, determinada obra não ter a celeridade que era necessária e, à medida que nós, no caso especificamente que participei do conselho, eu vi, são críticas totalmente infundadas. O TCU do Brasil é um órgão que nos dá orgulho, muito bem aparelhado, técnicos de altíssimo nível, que trabalha com celeridade e com completa abertura. Então eu trago, nesse momento que encerro aqui minha participação no CECAP, o agradecimento por ter tido oportunidade de ter participado, pelo muito que aprendi, não só em relação ao funcionamento do TCU, como também pela convivência com os conselheiros que aqui nós temos representantes dos diversos segmentos. Essa pluralidade eu acho que é muito importante, porque cada um traz a visão da sua área. E, com a visão de áreas diversas, você tem um todo que, no fundo, é a própria sociedade Brasileira. Até nisso o TCU foi bem feliz ao identificar as diversas áreas que deveriam estar com assento no conselho. E o resultado é o que aqui foi produzido. Eu acredito que, muitas das sugestões, das ideias, das propostas que, nesses quatro anos foram elencadas, algumas já

estejam sendo adotadas, estejam em prática pelo TCU, o que nos gratifica por ter podido participar e ter dado essa contribuição para o Tribunal de Contas da União. Outro ponto que eu gostaria também de destacar, é que um órgão de controle como o TCU tem um papel fundamental num momento de crise como esse que estamos vivendo. Os momentos de crise, ainda mais essa, que é uma crise sem precedentes na história da humanidade, abre uma serie de frentes, uma série de situações emergenciais, onde um órgão como o TCU é essencial para que estabelecer critérios e evitar que haja as distorções e disfunções que possam surgir no dia a dia dessa imprevisibilidade. Outro ponto que eu destacaria também é que a parte de todos os problemas, a pandemia trouxe também a aceleração do mundo virtual – a reunião de hoje e as anteriores são exemplos disso – e, cada vez mais, o mundo será virtual. Vai ser um novo mundo que nós ainda não sabemos exatamente como ele vai acontecer. A questão do trabalho remoto que, muitas empresas eu acho que dificilmente voltarão a se modificar, talvez grande parte do trabalho remoto seja mantido. Mas isso gera também uma série de questões que deverão ser enfrentadas pela sociedade. E todas essas questões, de uma maneira ou de outra, passarão pelo crivo do TCU, passarão pela análise como serão reguladas. A própria fiscalização do setor público, nessa realidade que a pandemia trouxe, que está aí no mundo, fazendo com que passemos a viver nesse mundo virtual, do qual confesso inclusive que aprendi um pouco, mas ainda tenho que aprender muito, mas que é condição sine qua non para que possamos desenvolver nossas atividades, como eu disse, já que essa é uma realidade que eu acho que, em muitos aspectos, é irreversível. Mais uma vez, agradeço à Presidente Ana Arraes, agradeço à Ana Cristina, agradeço a todos os conselheiros pelo prazer da convivência e pelo muito que eu aprendi com eles. Meu agradecimento vai para cada um deles. Muito difícil nominar um ou outro, e eu faço novamente esse agradecimento através da Presidente Ana Arraes. Muito obrigado.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **Humberto Mota**, a participação, esses trabalhos, os anos que esteve conosco no CECAP, foi uma contribuição muito valorosa. De fato, o senhor falou da importância dessa integração e desse diálogo com a sociedade, é justamente esse o intuito

do CECAP, estabelecer esse contato do TCU com a sociedade, com membros tão distintos da sociedade como os senhores, que tem essas experiências e competências tão desenvolvidas ao longo da vida, das experiências, das práticas, dos estudos, dos desafios. Esse intercâmbio com a sociedade, com questões multidisciplinares, faz enriquecer a cada dia o nosso trabalho. Que bom que o senhor conheceu melhor o TCU, que estamos podendo ter esse intercâmbio com a sociedade, para que os trabalhos do TCU realmente possam aparecer mais e, enfim, possamos colaborar efetivamente com essa questão, principalmente essa questão, de inclusão social e econômica, que é tão demandada de todas as instituições públicas nos dias que vivemos. Muito obrigada pela participação, pelos conselhos que estiveram aqui sempre presentes no CECAP. E eu passo logo a palavra ao conselheiro **Jackson Medeiros de Farias Schneider**.

Conselheiro

Jackson Medeiros de Farias Schneider

Jackson Medeiros de Farias Schneider | Boa tarde. Boa tarde, ministra, **Ana Arraes**, a quem cumprimento e cumprimento, na sua pessoa, todo o corpo técnico do Tribunal de Contas da União, e meus colegas conselheiros e conselheiras. Boa tarde, **Ana Cristina**, que nos ajuda nesse processo, coordenando virtualmente essa reunião mais moderna nos dias de hoje. Eu tenho pouco a falar, eu quero apenas também trazer uma palavra de saudação, da minha imensa satisfação de ter podido colaborar pouco e aprendido muito, nesse período de quatro anos que interagi com o TCU. Aprendi a respeitar o corpo técnico do TCU, respeitar muito, a desmistificar determinadas verdades ou inverdades, a respeito da lógica do funcionalismo que não funciona. E, no TCU, eu vi isso ao contrário, eu vi um corpo técnico eficiente, competente, profissional, sério, interessado em fazer as coisas acontecerem para o bem. Eu saio com essa clara percepção positiva a respeito do que vi aí. No que pude tentar contribuir em cima da minha experiência mais de empresário e, naquilo que temos aqui na EMBRAER, não apenas na nossa experiência Brasileira, mas na nossa experiência mundo afora, eu trouxe, reforço para vocês na minha última participação, tentei trazer pelo menos, um olhar mais pragmático. Um olhar de que uma solução, além de ser de controvérsia, além de ser justa, tem que ser rápida, o olhar de que é importante, numa eventual correção de rumo, que a atividade econômica social seja preservada, que as pessoas sejam punidas por eventuais equívocos, mas que a atividade econômica social seja preservada, para preservar tudo aquilo que ela significa para o Brasil de modo geral, para as pessoas que vivem dela. A importância de que nós podemos pensar, e eu vivo isso ativamente nas minhas atividades em outros países, em soluções de

controvérsias mais céleres, mais rápidas, talvez um pouco (inaudível) jurídico Brasileiro, um pouco diferente da expressão inglês “out of The box”, fora da caixa, mas que são muito produtivas, na medida em que elas, através de arbitragem, através de mediação, através de outros instrumentos, permitem aproximação do Tribunal com o especialistas efetivos de determinadas áreas, especialistas práticos dessas áreas que eventualmente precisam de uma decisão em relação a algo que tenha que ser aplicado, e também traz para o processo uma celeridade que hoje, muitas vezes, nós não vemos. Mas eu paro por aqui, e deixo mais uma vez a minha saudação, o meu imenso agradecimento por essa feliz possibilidade de ter convivido com todos vocês. E repito, levo a melhor das impressões com o corpo técnico que convivi. Deixo registrado a minha admiração e o meu respeito em razão daquilo que foi possível compartilhar com vocês. Muito obrigado, ministra. Muito obrigado a todos.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **Jackson Schneider**, e agradeço em nome de todos os colegas do TCU essa percepção em relação à qualificação técnica dos nossos servidores. Estamos aqui, no Instituto Serzedello Corrêa, exatamente para melhorar ainda mais essa qualificação técnica. Nós temos, hoje, rodando três cursos de pós-graduação, a primeira vez, e esse formato virtual nos possibilita justamente esses avanços porque, hoje, atingimos um público maior, inclusive nossos servidores que estão nos estados que, antes não tinham essas possibilidades e, hoje, tem abertas essas possibilidades de cursos de pós-graduação altamente qualificados, com servidores e com profissionais do mercado muito competentes. É isso que faz a qualificação técnica do nosso servidor, os processos seletivos e, além do mais, essa qualificação técnica permanente. Muito obrigada pela percepção. É muito bom ter esse olhar pragmático da área empresarial para esses nossos encontros do CECAP, para abrilhantar ainda mais e nos trazer mais percepções do setor privado. Agradecemos muito esse período que o senhor esteve conosco, nós colhemos também muitos aprendizados. Agradeço demais. E passo a palavra então ao conselheiro **José Cechin**.

Conselheiro
José Cechin

José Cechin | Boa tarde a todos, cumprimento a Presidente do TCU, **Ana Arraes**, os ministros presentes, a secretária executiva, **Ana Cristina**, o secretário geral, **Leonardo Rodrigues**, os servidores do TCU, do Instituto Serzedello Corrêa, meus colegas conselheiros. Eu entendo que também deve ser minha última reunião porque, pela minha contagem, estou completando também quatro anos. Então, faço minhas as palavras de todos os conselheiros, nas referências elogiosas que fizeram aos TCU, seus ministros, seu corpo de funcionários, à sua atuação, ao avanço que demonstrou nesse período aqui. Também devo manifestar minha satisfação de ter encontrado a todos, ainda que apenas pela tela, nesta tarde. Eu presumo que todos estejam suportando tenazmente as imposições que essa pandemia nos impõe a todos: nós, famílias, amigos, colegas etc. Inclusão social e econômica nunca foi tão necessária quanto nesses tempos de pandemia, que vem sendo altamente excludentes. A pandemia afeta, de formas diferentes, as pessoas nas diferentes posições da sociedade. Algumas, como nós pudemos, rapidamente, encontrar saídas no distanciamento, valendo-se das facilidades que a tecnologia põe à nossa disposição: trabalho à distancia, compras pela internet, tele consultas, comunicações facilitadas, etc. Para essas, a vida econômica seguiu quase que ininterrupta, até ganhemos um pouco em eficiência, paramos de perder tempo em deslocamentos, de poluir nossos ambientes. Outras não tiveram, e não têm, a mesma sorte ou facilidade. Ficar em casa, para essas, significa (inaudível), para atendentes de restaurantes, cinemas, casas de diversão, lojas, ambulantes, a sensação do trabalho e da renda parcialmente apenas substituída pelos auxílios do governo, necessários e bem-vindos. Significou mais alto, bem mais alto nível de preocupação que

gera, em muitas pessoas, problemas mentais: ansiedade, depressão, stress. Para os empregadores, o fechamento, a falência do negócio, e mais ansiedades e depressões. Talvez nunca tenhamos vivido uma onda com tantos problemas de transtornos mentais. Temos que cuidar deles, obviamente. Pobreza, também não precisa dizer, aumentou significativamente nessa pandemia. O Brasil viver, nesse ano e pouco, dividido entre, de um lado, esforços para conter a propagação da pandemia, como recomendado por cientistas, gestores públicos, sabedores dos diversos limites que a capacidade de atendimento dos infectados tem, quando o número de infectados cresce exponencialmente. De outro lado, a postura mais passiva, um pouco negacionista, de deixar que a contaminação e a infecção sigam seu curso, até que se atingisse, por alguma sorte, a chamada imunidade coletiva. O custo dessa segunda opção seria, como de fato está sendo, muito alto, especialmente em número de vidas. E também, por consequência, da área econômica. Mas, presumia-se, do meu ponto de vista, de maneira equivocada, que o ciclo poderia ser curto e a economia logo iria retomar seu ritmo de crescimento. O ciclo seria doloroso, como foi, mas não está sendo curto, não sabemos ainda quando termina. Estudo do IPEA, divulgado apenas semana passada, mostra que o Brasil é o decimo primeiro em número de mortes, ajustado pela estrutura etária. Temos uma população relativamente jovem e temos mais óbitos de gente jovem, do que o restante, à frente apenas de poucos países. Conflitos de comunicação, comunicações contraditórias, levaram a baixa adesão de medidas de precaução, distanciamento e higienização, isso colocou o país nessa nada invejável posição que temos. O Brasil teve o número de mortes por cem mil habitantes um pouquinho abaixo do que França, Espanha, Estados Unidos, Reino Unido e Bélgica. Mas, tivemos uma taxa de mortes de gente jovem muito maior do que cada um deles. Inclusive o número total de idosos nos coloca no segundo lugar com mais mortes no mundo inteiro. O estudo trouxe uma outra informação interessante que eu gostaria de compartilhar aqui. O Brasil fica na antepenúltima posição, apenas à frente da Argentina e Peru, quando colocamos a relação entre taxa de ocupação e taxa de mortes por COVID. Ou seja, a política que foi seguida de forma aberta e intencional, ou não, não ajudou a nossa economia, que continua trôpega. O nível de ocupação nesse período caiu sete pontos percentuais entre os maiores e um conjunto importante de países. Eu repito o

que afirmei, numa das reuniões anteriores: a crise é de saúde, continua de saúde, portanto, não haverá solução para a crise econômica, sem antes equacionar. A solução está à vista, vacinação em massa. Mas faltam vacinas. Temos que ajudar a conseguir mais vacinas para a nossa população. Ana Cristina fez uma referência entre os otimistas e pessimistas para concluir no chamado realismo esperançoso. Eu me lembrei do embaixador e escritor Americano (inaudível), que dizia que ser otimista não ajuda em nada, mas ser pessimista atrapalha muito. Então, eu sou otimista. Agradeço muito a oportunidade de ter convivido com todos vocês, nesses quatro anos, ainda que apenas poucas vezes por ano e, dessa última, lamentavelmente, não de forma presencial, para sentirmos mais próximos do calor humano, o calor que nos aproxima. Muito obrigado a todos.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **José Cechin**. É uma honra tê-lo conosco nesses quatro anos, de fato quatro anos passam tão rápido, e temos agora esse formato virtual. Infelizmente não foi possível estarmos juntos de forma presencial, porque ainda estamos numa situação muito difícil em termos de pandemia, os números ainda são muito altos. Mas, que bom que, pelos menos, na forma virtual, conseguimos reunir um grupo tão seleta. De fato, o senhor falou nessa questão de isolamento social, tem um colega, amigo nosso, que fez um trabalho que mostra vários estudos, que essa dor social trazida pelo isolamento social dói tanto quanto a dor física. Ou seja, o isolamento dói, essa solidão, essa necessidade que o ser humano tem de interagir socialmente, que nos foi tirada por essa pandemia. O Tribunal também tem se preocupado muito, não só com a questão de produtividade, mas também com a saúde mental e física dos servidores. Essa é uma preocupação contínua que temos aqui na nossa instituição. Essa preocupação do senhor com a crise de saúde, é uma preocupação enorme que temos, enquanto órgão de controle e com toda a sociedade. Esperamos evoluir nessa situação, para que possamos ter um Brasil melhor, num futuro próximo, esperamos nós, sendo otimistas e não pessimistas. Agrademos muito sua participação aqui, nesse período, nesses quatro anos que esteve conosco no CECAP. Suas contribuições foram essenciais para que pudéssemos avançar. Agradeço demais. E passo a palavra então, sem mais delongas, para o conselheiro **Murillo de Aragão**.

Conselheiro

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão | Boa tarde a todos. Eu queria, obviamente, saudar a Presidente **Ana Arraes**, lembrando também do Presidente **José Múcio Monteiro**, que deu grande força a esse conselho, à **Ana Cristina**, **Leonardo Albernaz**, e aos meus queridos companheiros conselheiros. Fico feliz de vê-los bem, com saúde, sobreviventes de tempos difíceis. Esses últimos quatro anos foram tempos de muita transformação, culminada com a questão da pandemia. Quando cheguei, quando muitos de nós chegamos ao conselho, o TCU era mais fechado, mais difícil de ser entendido. E, nesses quatro anos, obviamente, não pelo conselho apenas, mas sobretudo pela atitude do próprio Tribunal em se mostrar mais aberto à sociedade, enfim, é uma amostra de como é importante o relacionamento institucional do TCU com a sociedade. Lembrando aqui as palavras do **Fernando Rodrigues**, com relação à necessidade de a sociedade saber mais o que se passa dentro do governo. O conselho, e aqui já caminhando para as minhas sugestões de natureza geral, o conselho deve prosseguir, deve ser mais periódico, deve ouvir mais e ser proativo na busca de sugestões, enfim, acredito que mais além dos próprios conselheiros existem muitas entidades que gostariam de contribuir com o funcionamento do conselho. Por fim, abordo a questão específica da conjuntura, que é agravada pela pandemia. São novos tempos, novas exigências, novas urgências, soluções tempestivas, como disse **Ana Cristina**, soluções criativas. O TCU deve atentar a realidade que demandou investimentos muito grandes, pressionando o nosso equilíbrio fiscal. É importante que o TCU esteja vigilante a esses gastos de forma bastante próxima. Mas também vejo que, de forma estrutural, o TCU também deve combater o privilégio no gasto público, não só em obras, mas também gastos de

custeio. Nós temos um estado muito caro para o cidadão Brasileiro, é um estado injusto com o cidadão comum, uma relação absolutamente crítica e injusta na qualidade dos serviços ofertados à sociedade, à cidadania, perante uma carga tributária injusta na sua distribuição, então pagamos muito um condomínio e a sociedade pouco recebe. Evidente que minha crítica não é generalizada. Tivemos agora o exemplo magnifico do SUS na pandemia, sem o SUS a situação do povo Brasileiro teria sido muito pior. O fortalecimento da qualidade do serviço público, na minha opinião, é algo que tem completa aderência a agenda, Ana Cristina, de inclusão social. A inclusão social se dá também quando o cidadão, principalmente o mais humilde, tem acesso a um serviço público de qualidade. Isso tem e deve ser uma preocupação do TCU. Por fim, eu tenho uma palavra de confiança com relação às instituições no Brasil. Ao contrário de alguns que acham que está ocorrendo um processo de enfraquecimento das nossas instituições, eu vejo as nossas instituições fortalecidas e reagindo bem às crises políticas que vem sucessivamente acometendo o nosso país. Vocês lembram bem todas as repercussões da operação Lava Jato, processo de impeachment de Dilma, os processos de impeachment do Presidente Michel Temer, a eleição do Bolsonaro, os discursos anti-institucionais, e vemos as nossas instituições mostrando firmeza para navegar em tempos muito difíceis. Não é diferente também na pandemia. Na pandemia, as nossas instituições mostraram a existência de um federalismo que muitos desconheciam no país. Enfim, isso mostra que temos instituições fortes, e o TCU faz parte dessas boas instituições, essas fortes instituições que existem no Brasil. Finalizando, quero agradecer a todos a oportunidade, o privilégio de ter participado do conselho. Agradecer imensamente aos meus amigos conselheiros, muitos deles de longa data, nessa minha trajetória em Brasília. Quero dar o meu abraço fraterno a todos, desejando que todos tenham muita saúde, fico feliz de tê-los encontrado aqui, ainda que virtualmente. Enfim, o meu muito obrigado, e desejo que o conselho continue dando frutos para a cidadania, porque é importante para todos nós, para um Brasil melhor. Muito obrigado.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **Murillo de Aragão**, toda a sua disponibilidade de estar aqui nos ajudando, para que possamos

melhorar cada vez mais e ter percepções que, às vezes, quem está mais próximo da sociedade, dos problemas concretos, tem mais condições de ter do que nós. Nós anotamos suas sugestões, é claro que depois vamos ver os vídeos, mas sugestões que devemos ouvir mais, sermos mais periódicos em relação às nossas reuniões, mais criativos, tentarmos, enquanto órgão de controle, combatermos os privilégios, e fortalecer a qualidade do serviço público. Com certeza, já lutamos muito com relação a muitas dessas questões de combate a privilégio e melhorar a qualidade do serviço público, ao longo de toda a história da instituição do Tribunal de Contas da União, mas sempre há oportunidades de melhorias, sempre podemos avançar nessas questões. Muito obrigada pela sua participação. Nós agradecemos todo o período que esteve aqui disponível, e estamos sempre à disposição. Passo a palavra para o conselheiro **Murilo Portugal Filho**, para que ele possa trazer suas considerações na reunião do conselho CECAP.

Conselheiro

Murilo Portugal Filho

Murilo Portugal Filho | Muito obrigado, **Ana Cristina**. Queria cumprimentar a Presidente, ministra **Ana Arraes** e, na sua pessoa, cumprimentar todos os demais ministros e servidores do TCU, que estão participando dessa videoconferência. Também dar boa tarde aos meus colegas membros do conselho. Quero começar parabenizando a ministra **Ana Arraes**, pela escolha desse tema da inclusão social e econômica que, para mim, é o desafio mais importante e urgente do nosso país. Somos um país que crescemos pouco há quarenta anos, somos um dos campeões mundiais da desigualdade de renda, circunstâncias que estão correlacionadas. E essa situação que persiste por décadas, sob governos com diferentes orientações políticas, sugere que isso é um problema não só de vontade política, mas um problema gerado por causas institucionais. São problemas que tem que ser resolvidos simultaneamente em conjunto. Acho que a solução é simultaneamente crescer mais rápido e distribuir melhor. Crescer mais rápido é essencial porque nós não vamos conseguir resolver o problema apenas com progressividade da tributação ou melhor distribuição de renda. A nossa renda per capita, segundo o IBGE, no ano passado, foi trinta e cinco mil cento e setenta e dois reais por ano, o que significa que se nós tivéssemos a distribuição mais perfeita de renda, cada pessoa no Brasil receberia dois mil e novecentos e trinta e um reais por mês, que é menos do que três salários-mínimos. Então, temos que trabalhar simultaneamente nessas duas frentes: a econômica, para aumentar a geração de renda; e a social, para melhorar a distribuição. Acho que os nossos problemas econômicos estruturais que geram esse crescimento medíocre são conhecidos, nós precisamos de maior abertura da nossa economia, uma reforma tributária

para reduzir os subsídios e simplificar os tributos. Eu concordo totalmente com as ponderações e a proposta que o doutor **Everardo Maciel** fez, a respeito das renúncias fiscais. Precisamos melhorar a qualidade e a gestão da educação pública, ampliar os recursos para a pesquisa, seja pública, seja privada, e fazer uma reforma administrativa nos três níveis de governo, e nos três poderes da União, mudando a composição da despesa pública, com menos subsídios, menos gastos de pessoal, e mais investimento público, e mais eficiência nos gastos. A **Ana Cristina** falou que acredita que é sempre possível fazer melhor, e o **Leonardo Albernaz** mencionou que o orçamento público tem baixa eficiência e qualidade, e eu concordo com os dois. Acho que é sempre possível fazer mais e melhor, com um custo unitário menor. Isso é o que significa aumentar a produtividade, é como o mundo tem progredido, e também como o privado funciona. Eu acho que um ciclo de crescimento econômico rápido e sustentável, baseado no aumento da produtividade, no investimento principalmente privado, e na inovação, é o que é necessário. Meu colega **Clemente** falou que precisamos de um esforço monumental para aumentar a produtividade, e disse que isso é importante na indústria. Eu concordo, mas é importante ainda mais no setor de serviços, que é quase setenta por cento do nosso PIB. Para acelerar a inclusão social, acho que precisamos atacar mais de imediato e mais fortemente essa histórica desigualdade que nós temos de oportunidades no Brasil. Por exemplo, ampliar fortemente os programas de apoio para crianças de zero a sete anos, das famílias pobres, porque é nesse estágio da vida que as desigualdades, às vezes irreversíveis, começam a (inaudível). Melhorar a qualidade da educação pública fundamental, o acesso e à qualidade do ensino médio, do ensino profissional. Entretanto, essas são políticas de médio e longo prazo e, como já disse um economista famoso, no longo prazo, todos nós vamos estar mortos. Então, é preciso minorar já a desigualdade de renda dos muito pobres, aprimoramento o programa de distribuição de renda do Bolsa Família – vamos discutir isso num dos grupos -, criando programas de inclusão produtiva para formalizar o trabalho informal. Melhoras que eu acho que podem ser financiadas com uma realocação de gastos públicos atuais, inclusive os subsídios tributários e creditícios, que são quase quatro por cento do PIB. Acho também que é preciso que fomentemos cada vez mais uma cultura que valorize a ética do trabalho,

cultura do esforço e da responsabilidade individual, sem o que é muito difícil que o país progrida rapidamente, porque quem faz o crescimento econômico são as pessoas, são as empresas, com as suas atitudes, sua capacidade e propensão para trabalhar, para inovar, para poupar e para investir. Como essa é também minha última reunião, quero concluir agradecendo muito a oportunidade que tive de participar nesses quatro anos, como o **Fernando Rodrigues** e outros disseram: eu aprendi muito com meus colegas conselheiros, e também subscrevo cem por cento as palavras dos que elogiaram o TCU e o seu corpo técnico. Eu já tinha apresentado algumas sugestões que acho que estão sendo implementadas para melhorar o funcionamento do conselho, acho que é importante, como disse o meu xará, **Murillo Aragão**: ouvir mais os conselheiros, dar mais tempo de fala aos conselheiros, que tem um cabedal de experiência diversificada grande. Enviar, com antecedência, os materiais que se queira discutir porque, assim, não precisamos perder tempo na exposição disso na reunião. Eu sei que é uma coisa difícil, eu já fui Presidente de vários conselhos e a coisa mais difícil é distribuir o material antes do tempo. Em alguns conselhos eu estabeleci a regra de que, o que não fosse distribuído com três dias úteis antes da reunião, não podia ser discutido na reunião. Acho também que essa ideia dos grupos de trabalho ajudam os conselheiros a terem oportunidade de contribuir mais. Mas, a minha palavra final é muito obrigado. Abraço a todos.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **Murilo Portugal Filho**, pela sua colaboração ao longo desse tempo conosco no CECAP. De fato, o senhor comentou inicialmente, na sua fala, que esse tema da ministra é muito importante e é muito pertinente para os momentos difíceis que estamos vivendo, a questão da inclusão social e econômica. Nós esperamos colher muitas contribuições dos senhores nos grupos de trabalho em todos os temas, mas, nesse momento específico, estamos muito voltados para essa questão da inclusão social e econômica, porque é uma questão importantíssima para tentarmos melhorar a nossa sociedade, diminuir a fome, aumentar o acesso à saúde. O ideal seria que nós estivéssemos sempre naquele quadrante de Pareto, de fazer mais com menos recursos, isso seria a situação ideal, nem sempre é possível. Mas nós entendemos que esse aumento de produtividade, que o senhor

falou, esse aumento da inclusão social e econômica é importantíssimo para que possamos retomar o nosso crescimento econômico e verificar, com muita atenção, essas questões sociais, principalmente as políticas públicas voltadas para as questões sociais. Agradecemos muito sua participação no conselho do CECAP, e tenho certeza que terão participações e contribuições muito grandes nos grupos de trabalho. Agradeço demais, conselheiro **Murilo Portugal**, e passo a palavra ao conselheiro **Robson Braga de Andrade**.

Conselheiro

Robson Braga de Andrade

Robson Braga de Andrade | Boa tarde a todos. Cumprimento a Presidente, ministra **Ana Arraes**, prazer estar aqui, uma honra para mim ter participado nesses quatro anos desse conselho tão importante, como todos já disseram. Estou sempre aprendendo muito com o Tribunal de Contas da União, mas aqui também aprendi muito com os conselheiros, a convivência foi fundamental para mim principalmente. Mas acho que também tivemos a oportunidade de levar ao Tribunal de Contas da União algumas informações, alguns dados e, também mostrar um pouco a realidade do país, da economia, das questões políticas e das questões empresariais. Eu gostaria de focar a minha fala na questão que já foi colocada também, que é a questão da pobreza. Hoje, o grande problema que enfrentamos no Brasil, a questão da pobreza, que está ligada à questão do desemprego. A CNI inclusive com as Centrais Sindicais, com amigos das Centrais Sindicais dos Trabalhadores, tem conversado muito sobre propostas, sobre ações para que possamos minimizar esse problema. Mas o desemprego, na realidade, só existe uma forma de combatê-lo que é com investimentos e investimentos maciços, investimentos em todos os setores, não só na indústria, mas nos serviços, na agricultura, no agronegócio, em todas as áreas nós precisamos de muitos investimentos. O Brasil tem muitas questões que dificultam a atração desses investimentos, não só pelo capital nacional, pelo capital Brasileiro, mas também pelo capital estrangeiro, um dos problemas é a segurança jurídica, que estamos sempre discutindo. Nós temos uma insegurança no Brasil em todas as áreas, na área das agências reguladoras, nas questões tributárias, nas questões ambientais, em todas as áreas nós temos uma insegurança enorme. Isso afugenta os investimentos de qualquer

empresário que pensa em investir. A primeira coisa que ele irá olhar é onde ele vai colocar seus recursos e qual a segurança que ele tem. Porque o risco do negócio, os empresários sabem calcular, mas o risco da insegurança jurídica é incalculável. Por outro lado, nós temos, no Brasil, algumas questões que precisam ser resolvidas, precisam ser passadas a limpo. A questão da reforma tributária é uma questão fundamental. Temos defendido uma reforma ampla, uma reforma completa, mesmo que ela seja dolorosa, que ela seja difícil, eu acho que a sociedade toda hoje já está bastante amadurecida para a necessidade de uma reforma tributária que contemple uma simplificação desses impostos e, certamente, vai aumentar a receita da União, dos estados e dos municípios, não pelo aumento da carga fiscal, mas principalmente pelo fim da sonegação, pela facilitação do pagamento dos impostos, por muitos motivos. A outra questão é a questão da reforma administrativa, que nós também estamos trabalhando muito nesse sentido, uma vez que entendemos que existem muitas regalias, discrepâncias no nosso sistema. Não estou falando sobre a remuneração dos trabalhadores, dos funcionários públicos, porque existe uma divergência muito grande entre remuneração dos trabalhadores públicos federais, estaduais e municipais. O que nós precisamos no Brasil é cortar as regalias, fazer uma mudança de tal forma que possamos fazer um ajuste fiscal, a manutenção do teto dos gastos, de maneira que o Brasil possa realmente ter uma estrutura fiscal, tributária, adequada. Por outro lado, temos também algumas propostas na parte de geração de emprego, porque nós entendemos que à medida que o Brasil conseguir gerar mais empregos, nós vamos reduzir o Bolsa Família, o Auxílio Emergencial. Todas essas questões também têm um ganho bastante relevante. Também temos trabalhado muito na finalização, no término das obras públicas que ainda estão paralisadas. Ainda temos muitas obras públicas, e o investimento em infraestrutura no Brasil é fundamental para gerar emprego. Infraestrutura, construção civil, são os setores que geram empregos de pessoas menos qualificadas e, muito rapidamente. Nós precisamos, e temos o apoio do Tribunal de Contas da União, para que essas obras sejam aceleradas, e que nós possamos ter privatizações, concessões, e que a infraestrutura Brasileira deixe de ser um custo elevado para quem empreende no Brasil. Mais uma vez agradeço a todos, agradeço ao Tribunal de Contas, agradeço à **Ana Cristina** e

agradeço aos técnicos do Tribunal de Contas. Muito obrigado, ministra **Ana Arraes**, muito obrigado, foi um prazer ter participado esses anos desse conselho.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro **Robson Andrade**, a participação do senhor no nosso conselho. De fato, ao longo desses anos, muitas questões sociais, políticas e empresariais foram tratadas nas reuniões do CECAP, nós colhemos muitos aprendizados nessas áreas. São justas suas preocupações com relação à reforma tributária, administrativa, com relação à geração de empregos, à manutenção da segurança jurídica porque, de fato, a insegurança jurídica nos causa muitos problemas. Inclusive, um problema que vai justamente prejudicar essa geração de emprego porque, se temos insegurança jurídica, afastamos automaticamente muitos investimentos que poderiam estar aqui no Brasil. Precisamos realmente nos preocuparmos com essas questões de insegurança jurídica, porque uma coisa puxa outra, são justas as preocupações e nós acolhemos todas elas. Agradecemos esse período que o senhor passou aqui, nos brindando com as suas lições, suas considerações sempre pertinentes. Muito obrigada, conselheiro. Vamos partindo então, diante da hora, para terminar esse período da reunião do conselho do CECAP. Nessas primeiras duas horas, vimos quão ricas foram as contribuições trazidas pelos conselheiros do CECAP. Passaremos agora à segunda parte da programação, os integrantes serão divididos em quatro grupos temáticos que ocorrerão simultaneamente. Lembramos a todos que para participar do grupo é necessário entrar em uma nova sala de reunião, clicando no link do grupo que irá participar, cada grupo tem um link específico. Caso tenha alguma dúvida a qual grupo pertence e qual respectivo link, essas informações estão disponíveis na tela e no chat da nossa reunião. Gostaria novamente de agradecer, em nome da ministra Presidente do TCU, ministra Ana Arraes, todas as sugestões trazidas na reunião plenária, e antecipo meus agradecimentos em relação às contribuições que ainda virão das discussões que acontecerão nos grupos de trabalho. Muito obrigada a todos pela participação. Abraço.

Jackson Schneider | Ana Cristina, Jackson Schneider. Lamento, mas não poderei participar da segunda parte da reunião, surgiu uma questão interna que vou

ter que coordenar. Deixo aqui registrado, mais uma vez, meu agradecimento por esse período de convivência. Desejo uma boa continuidade da reunião. Meu abraço a todos.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos novamente, conselheiro Jackson.
Um abraço.

MISSÃO

*Aprimorar a Administração
Pública em benefício da sociedade
por meio do controle externo.*

VISÃO

*Ser referência na promoção de
uma Administração Pública
efetiva, ética, ágil e responsável.*